



Câmara Municipal

Reunião pública do Executivo Municipal, a realizar no dia 6 de abril de 2026, pelas 14h30

ORDEM DO DIA

- **BALANCETE**
- **PRESIDÊNCIA:**
 - **PROPOSTA DO PRESIDENTE**
 - **PROPOSTA DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA**
 - **INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE**
- **DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E ECONÓMICO**
 - **DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE**
 - **DIVISÃO DE CULTURA**
- **DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, INFRAESTRUTURAS E AMBIENTE**
- **DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PARTILHADOS**
 - **DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS**
 - **UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**
- **DEPARTAMENTO DE URBANISMO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**
 - **DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA**
 - **DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

Tomar, 31 de março de 2026

O Presidente da Câmara Municipal


Tiago Carrão



Câmara Municipal



Ordem do Dia

Data: 2026-04-06

Início: 14h30

Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho

PRESIDÊNCIA:

PROPOSTA DO PRESIDENTE:

N.º 01 – APOIO FINANCEIRO EXTRAORDINÁRIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE TOMAR (6/PPRC/PR/2026 - 2/ORGFUN/PR/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro extraordinário às Juntas de Freguesia do concelho destinado a comparticipar as despesas e encargos suportados no âmbito das intervenções realizadas na sequência da tempestade Kristin, no valor global de 85.698,26€ (oitenta e cinco mil, seiscentos e noventa e oito euros e vinte seis cêntimos), pelos fundamentos apresentados.

Proposta de Deliberação: nos termos da proposta, atribuir apoio extraordinário às Juntas de Freguesia, nos montantes indicados:

- União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais - 631,97€
- União das Freguesias de Madalena e Beselga - 9.670,00€
- Freguesia de São Pedro de Tomar - 8.932,25€
- União das Freguesias de Casais e Alviobeira - 10.624,78€
- Freguesia de Asseiceira - 1.881,90€
- Freguesia de Paialvo - 4.800,00€
- Freguesia da Serra – 6.528,30€
- Olalhas – 8.182,90€
- União das Freguesias de Além da Ribeira e Pedreira – 9.646,00€
- Freguesia de Carregueiros - 12.065,03€
- Freguesia de Junceira – 9.660,00 €
- Freguesia de Sabacheira – 3.075,13€

PROPOSTA DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA:

N.º 02 – CONTINUIDADE DO PROGRAMA DE VOLUNTARIADO JOVEM NO CONCELHO DE TOMAR (7/PPRC/PR/2026 - 6/ORGFUN/PR/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal a proposta apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista visando assegurar a continuidade do Programa de Voluntariado Jovem, reforçando-o enquanto instrumento estruturante da política municipal de juventude, e que, no âmbito dessa continuidade, sejam avaliadas formas de consolidação e eventual reforço do programa, garantindo a sua sustentabilidade e alargamento do seu impacto.

Proposta de Deliberação: apreciação e votação.



Câmara Municipal

INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE:

N.º 03 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 7 DE NOVEMBRO DE 2025 (59/PGEN/DAJA/2026 - 11/ORGFUN/PR/2013)

Proposta do Presidente referente aos despachos efetuados no uso das competências delegadas pela Câmara Municipal, por deliberação de 7 de novembro de 2025.

Proposta: tomar conhecimento.

N.º 04 – MOÇÕES APROVADAS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO MANDATO 2025-2029 (2/DESP/PR/2026 - 6/ENTEXT/PR/2013)

Proposta do Presidente referente às moções aprovadas pela Assembleia Municipal na primeira reunião da sessão ordinária realizada a 28 de fevereiro de 2026.

Proposta: tomar conhecimento.

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E ECONÓMICO

DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE:

N.º 05 – APOIO AO ASSOCIATIVISMO 2026 – fase 2 (5/PPRC/DADJ/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal os montantes máximos a atribuir por programa às diferentes entidades ao abrigo das normas do programa de apoio ao associativismo, na segunda fase, no valor global de 11.177,50€ (onze mil, cento e setenta e sete euros e cinquenta cêntimos), nos termos e fundamentos da informação n.º 524/DADJ/2026.

Proposta de Deliberação: aprovar a proposta constante da referida informação e dos quadros referentes aos programas 0, 1 e 2.

N.º 06 – APOIO À II TAÇA MANUEL PINA - CIDADE DE TOMAR, MASTERS E CAMPEONATO NACIONAL DE INICIADOS – Grupo Desportivo Os Zebras do Alvito (1399/ENTE/DAJA/2026 - 1/APOIOS/DADJ/2023)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que, na sequência da informação n.º 433/DADJ/2026, autorizou a oferta de sacos de papel com informação turística aos participantes da II Taça Manuel Pina– Cidade de Tomar, Masters e Campeonato Nacional de Iniciados, promovida pelo Grupo Desportivo Os Zebras do Alvito, no dia 21 de março, com o valor de 59,43€ (cinquenta e nove euros e quarenta e três cêntimos), incluindo o IVA.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 169/DADJ/2026, de 20 de março, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



Câmara Municipal



N.º 07 – APOIO À 6.ª CAMINHADA - À DESCOBERTA DOS TRILHOS DE SÃO PEDRO DE TOMAR – Junta de Freguesia de São Pedro de Tomar (1766/ENTE/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que, na sequência da informação n.º 434/DADJ/2026, autorizou a oferta de dois rolos de fita sinalizadora para demarcação do percurso da 6.ª Caminhada - À Descoberta dos Trilhos de São Pedro de Tomar, promovida pela Junta de Freguesia, no dia 22 de março, com o valor de 22,26€ (vinte e dois euros e vinte seis cêntimos), incluindo o IVA.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 179/DADJ/2026, de 26 de março, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 08 – APOIO AO ROTARY AOS TEMPLÁRIOS 2026 – Rotary Clubes de Lisboa Olivais e de Cascais Estoril (6470/ENTE/DAJA/2025 - 1/APOIOS/DADJ/2023)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que, na sequência da informação n.º 261/DADJ/2026, autorizou a prestação de apoio logístico ao evento Rotary aos Templários, promovido pelos Rotary Clubes de Lisboa Olivais e de Cascais Estoril, cuja prova de regularidade se realizou em Tomar, no dia 29 de março.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 31/PR/2026, de 10 de março, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 09 – APOIO AO PROJETO EDUCAR PARA A CIRCULAÇÃO RODOVIÁRIA – Grupo Desportivo Os Zebras do Alvito (1370/ENTE/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que, na sequência da informação n.º 449/DADJ/2026, autorizou a prestação de apoio logístico ao Projeto Educar para a Circulação Rodoviária, promovido pelo Grupo Desportivo Os Zebras do Alvito, em parceria com o Agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria e a Escola de Condução Moderna de Tomar, nos dias 31 de março e 1 de abril.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 164/DADJ/2026, de 20 de março, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 10 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – CIRE - Centro de Integração e Reabilitação de Tomar (6271/ENTE/DAJA/2025 - 233/VIATEQ/DOM/2013)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que, na sequência da informação n.º 514/DADJ/2026, autorizou a cedência do autocarro municipal, no dia 22 de junho, para atividade do CIRE- Centro de Integração e Reabilitação de Tomar, com o custo estimado de 172,00€ (cento e setenta e dois euros), e pagamento de portagens a cargo da entidade.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 186/DADJ/2026, de 30 de março, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



Câmara Municipal



N.º 11 – UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS – Igreja Evangélica Batista de Tomar (1299/ENTE/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento do preço de utilização do Pavilhão D. Nuno Álvares Pereira, no dia 25 de abril, para realização de um dia desportivo destinado aos jovens das várias igrejas do país, no âmbito das comemorações do 80.º aniversário da Igreja Evangélica Batista de Tomar, nos termos e fundamentos da informação n.º 519/DADJ/2026.

Proposta de Deliberação: considerando que se trata de um dia desportivo destinado aos jovens das várias igrejas do país e que traz muitas famílias à cidade, isentar do pagamento do preço de utilização das instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais.

DIVISÃO DE CULTURA:

N.º 12 – PREÇO DE BILHETES DE INGRESSO EM ESPETÁCULOS (65/PGEN/DTC/2026 - 8/DIVER/DTC/2014)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal o preço do bilhete de ingresso nos espetáculos que integram a regular programação do Cine-Teatro Paraíso, nos meses de maio e junho, nos termos e fundamentos da informação n.º 562/DTC/2026.

Proposta de Deliberação: aprovar os preços dos bilhetes de ingresso nos seguintes espetáculos:

- 8 de maio – Música - CriaSons: 5,00€ (cinco euros);
- 23 de maio – Música - Rita Cortezão – Serão 5 às 6: 5,00€ (cinco euros);
- 30 de maio – Teatro para a infância - Cabe Mais Um (infantil TNDMII): 3,00€ (três euros);
- 19 de junho – Música - Tiago Bettencourt: 15,00€ (quinze euros).

N.º 13 – APOIO A FILMAGENS DE CURTA-METRAGEM DO REALIZADOR TOMARENSE PEDRO FIGUEIREDO NETO - SOPRO FILMES UNIPESSOAL, LIMITADA (1272/ENTE/DAJA/2026 - 4/AUTLIC/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal, a atribuição de apoio logístico às filmagens de curta-metragem do realizador tomarense Pedro Figueiredo Neto, a decorrer no concelho de Tomar, entre os dias 3 e 7 de abril, no valor estimado de 4.500,00€ (quatro mil, quinhentos euros), e isenção das taxas devidas, no montante total de 35,15€ (trinta e cinco euros e quinze cêntimos), nos termos e fundamentos da informação n.º 537/DTC/2026.

Proposta de Deliberação: ratificar os despachos n.º 264/DTC/2026, de 25 de março, e n.º 635/DAJA/2026, de 31 de março, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



Câmara Municipal



N.º 14 – APOIO FINANCEIRO AO MÚSICO TOMARENSE RICARDO LUIZ
(1759/ENTE/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal, pelos fundamentos apresentados, a atribuição de apoio financeiro no valor de 2.250,00€ (dois mil, duzentos e cinquenta euros) ao músico tomarense Ricardo Luiz, para fazer face aos custos inerentes à participação nos International Portuguese Music Awards 2026, para os quais foi nomeado na categoria Best Traditional Performance, cuja cerimónia terá lugar nos Estados Unidos da América, no dia 25 de abril, nos termos da informação n.º 560/DTC/2026.

Proposta de Deliberação: Considerando que o músico tomarense Ricardo Luiz foi nomeado para os International Portuguese Music Awards 2026, na categoria Best Traditional Performance, cuja cerimónia terá lugar nos Estados Unidos da América no dia 25 de abril de 2026;

Considerando que esta cerimónia integra diversas categorias de distinção artística, avaliadas por um painel de especialistas da indústria musical, sendo o evento amplamente divulgado através de meios de comunicação social internacionais, designadamente pela RTP Internacional, The Portuguese Channel e Camões TV;

Considerando a relevância internacional deste evento para a promoção da música de artistas de ascendência portuguesa e a projeção cultural do concelho de Tomar;

Considerando a proposta apresentada ao Município que prevê a atribuição de um apoio financeiro no montante de 2.250,00 €, bem como a realização de um concerto do artista no Cine-Teatro Paraíso ou integrado na programação cultural do Município;

atribuir o referido apoio, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 15 – CAMPANHA "TOMAR NATAL É NO COMÉRCIO LOCAL" 2025 - Relatório
(72/PGEN/DTC/2026 - 21/ATIVEV/DTC/2025)

Proposta do Presidente referente ao relatório da Campanha Tomar Natal é no Comércio Local, que decorreu entre os dias 8 de dezembro de 2025 e 8 de janeiro de 2026.

Proposta: tomar conhecimento.



Câmara Municipal

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, INFRAESTRUTURAS E AMBIENTE

N.º 16 – UTILIZAÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO TARIFADO – isenção de tarifas (1215/ENTE/DAJA/2026 - 4/AUTLIC/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que, na sequência da informação n.º 3151/DOM/2026, autorizou a isenção das tarifas devidas pelo estacionamento de viaturas afetas às filmagens para o filme "The Custom of the Country", nos lugares tarifados do parque sito no Terreiro Dom Gualdim Pais e na Ermida da Senhora da Conceição, nos dias 27 e 28 de março, no valor total de 1.250,80€ (mil, duzentos e cinquenta euros e oitenta cêntimos).

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 1421/DOM/2026, de 26 de março, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PARTILHADOS

N.º 17 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE TOMAR REFERENTE AO ANO DE 2025 (142/PGEN/DF/2026 - 1/PCONTAS/DF/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal os documentos de prestação de contas do Município de Tomar referentes ao ano de 2025, que apresenta os seguintes movimentos:

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL:

Saldo da gerência anterior: três milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, novecentos e setenta e dois euros e quinze cêntimos (3.542.972,15€);

Receita: quarenta e quatro milhões, trezentos e dois mil, quatrocentos e sessenta e quatro euros e quinze cêntimos (44.302.464,15€);

Despesa: quarenta e um milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, cento e setenta e seis euros e vinte cêntimos (41.456.176,20€);

Saldo para a Gerência Seguinte: seis milhões, trezentos e oitenta e nove mil, duzentos e sessenta euros e dez cêntimos (6.389.260,10€);

Rendimentos: quarenta e seis milhões, cento e cinquenta e três mil, cento e trinta e nove euros e sessenta e sete cêntimos (46.153.139,67€);

Gastos: quarenta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, duzentos e oitenta e um euros e quarenta e cinco cêntimos (41.756.281,45€);

Resultado Líquido do Exercício: quatro milhões, trezentos e noventa e seis mil, oitocentos e cinquenta e oito euros e vinte e dois cêntimos (4.396.858,22€).

Proposta de Deliberação: aprovar os referidos documentos e submetê-los a apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



Câmara Municipal



DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS:

N.º 18 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL (1/PPRC/URH/2026)

Proposta de Deliberação da Vereadora Célia Bonet submetendo a aprovação do Executivo Municipal a abertura do procedimento concursal para 4 postos de trabalho, para a categoria de Assistente Técnico na área de operador de telecomunicações, em regime de Contrato por Tempo Indeterminado, para exercerem funções no Corpo de Bombeiros do Município de Tomar.

Proposta de Deliberação: nos termos da proposta.

UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

N.º 19 – LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO – isenção de taxas (156/RUID/DAJA/2025 - 1/RUIDO/DAJA/2025)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas devidas pela emissão de licença especial de ruído para realização de magusto do Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores do Município de Tomar, no dia 21 de novembro de 2025, nos termos e fundamentos da informação n.º 1322/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: considerando a relevância do evento, isentar as taxas, no valor de 15,05€ (quinze euros e cinco cêntimos), ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar.

N.º 20 – PROCISSÃO DOS RAMOS– isenção de taxas (1720/ENTE/DAJA/2026- 1/AUTLIC/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas devidas pela emissão de licença para realização da Procissão dos Ramos, no dia 29 de março, requerida pela Paróquia de Tomar, nos termos e fundamentos da informação n.º 1246/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: considerando a relevância do evento, isentar as taxas, no valor de 15,05€ (quinze euros e cinco cêntimos), ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar.

N.º 21 – PROCISSÃO DO ENTERRO DO SENHOR – isenção de taxas (1719/ENTE/DAJA/2026- 1/AUTLIC/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas devidas pela emissão de licença para realização da Procissão do Enterro do Senhor, no dia 3 de abril, requerida pela Paróquia de Tomar, nos termos e fundamentos da informação n.º 1253/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: considerando a relevância do evento, isentar as taxas, no valor de 15,05€ (quinze euros e cinco cêntimos), ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar.



Câmara Municipal



N.º 22 – PERALVA RURAL JAZZ EXPERIENCE 2026 – isenção de taxas (1902/ENTE/DAJA/2026 - 2/DIVER/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas devidas pela emissão das licenças especial de ruído e de diversão provisória, para realização do Peralva Rural Jazz Experience, nos dias 2 e 3 de abril, requerida pelo Centro Recreativo dos Trabalhadores da Peralva, nos termos e fundamentos da informação n.º 1290/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: considerando a relevância do evento, isentar as taxas, no valor de 20,00€ (vinte euros), ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar.

DEPARTAMENTO DE URBANISMO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA:

N.º 23 – AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL SITO NA RUA VOLUNTÁRIOS DA REPÚBLICA, N.º 140 A 148 - Rui Miguel de Jesus Gomes (3/VIST/DGT/2025 - 62/EDIF/DGT/2023)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso submetendo a homologação do Executivo Municipal o auto de vistoria n.º 13/2025, e as respetivas fichas de avaliação do nível de conservação do imóvel sito em rua Voluntários da República, n.º 140 a 148, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, propriedade de Rui Miguel de Jesus Gomes, após a realização de obras de reabilitação, nos termos e fundamentos da informação n.º 6090/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: homologar o auto de vistoria n.º 13/2025 e as respetivas fichas de avaliação do nível de conservação, promovendo a audiência prévia dos interessados pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, a avaliação se considera definitiva para todos os devidos efeitos previstos na legislação em vigor.

N.º 24 – AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL SITO NA RUA DOS MOINHOS, N.º 49-51 – António da Conceição Cardoso (195/AGEN/DGT/2025 - 589/EDIF/DGT/2025)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso submetendo a homologação do Executivo Municipal o auto de vistoria n.º 6/2025, e as respetivas fichas de avaliação do nível de conservação do imóvel sito na rua dos Moinhos, n.º 49-51, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, propriedade de António da Conceição Cardoso, antes da realização de obras de reabilitação, nos termos e fundamentos da informação n.º 5387/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: homologar o auto de vistoria n.º 6/2025 e as respetivas fichas de avaliação do nível de conservação, promovendo a audiência prévia dos interessados pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, a avaliação se considera definitiva para todos os devidos efeitos previstos na legislação em vigor.



Câmara Municipal

N.º 25– CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Joana Catarina Honório dos Santos, com procuração de Henri-Gilbert Augustin Caresmel (109/ECER/DGT/2026 - 74/EDIF/DGT/2026)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso submetendo ao Executivo Municipal o indeferimento do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 530,00 m², a destacar do prédio misto sito em rua dos Emigrantes, em Valdonas, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 1594/19920413, requerida por Joana Catarina Honório dos Santos, com procuração de Henri-Gilbert Augustin Caresmel, nos termos e fundamentos das informações n.º 6246/DGT/2026 e n.º 6295/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: indeferir, ao abrigo do n.º 9 do artigo 6.º do regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, o pedido de certificação de destaque por se verificar a sobreposição ao prédio identificado no Alvará de loteamento n.º 23/78, e sendo um lote não pode ser dividido por operação de destaque, ficando a eventual divisão sujeita a licenciamento de alteração ao alvará de loteamento respetivo, nos termos do artigo 4.º do referido RJUE, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera o indeferimento definitivo.

N.º 26 – CERTIFICAÇÃO PARA CONSTITUIÇÃO DE PROPRIEDADE HORIZONTAL - Ana Catarina Fernandes Gomes André (144/JUEL/DGT/2026 - 143/EDIF/DGT/2022)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso submetendo ao Executivo Municipal proposta de indeferimento do pedido de certificação para constituição de propriedade horizontal no prédio sito na Avenida D. Nuno Álvares Pereira, n.ºs 55, 55-A e 55-B, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, requerida por Ana Catarina Fernandes Gomes André, nos termos e fundamentos das informações n.º 5956/DGT/2026, n.º 6170/DGT/2026 e n.º 6300/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: não emitir a certificação requerida do prédio identificado em regime de propriedade horizontal, por falta de verificação dos requisitos legais, conforme disposto no artigo 1416.º do Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47344/66, de 25 de novembro, na sua atual redação, conjugado com o n.º 3 do artigo 66.º do regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, mandando promover a audiência prévia da requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera o indeferimento definitivo.



Câmara Municipal

N.º 27 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES - Declaração de Caducidade
(388/PEDI/DGT/2025 - 428/EDIF/DGT/2025)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 428/EDIF/DGT/2025, onde prossegue o Processo n.º 340/2012, em que é requerente João Manuel da Costa Gerardo, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para regularização de obras de alteração e ampliação de habitação sita em Casal da Fontainha, Alvito de Cima, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, nos termos e fundamentos das informações n.º 13030/DGT/2025 e n.º 13092/DGT/2025.

Proposta de Deliberação: declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.

N.º 28 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES - Declaração de Caducidade
(424/PEDI/DGT/2025 - 468/EDIF/DGT/2025)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 468/EDIF/DGT/2025, onde prossegue o Processo n.º 1235/2013, em que é requerente Manuel da Silva Ribeiro, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para regularização da construção de muro de vedação em Calvinos, União das Freguesias de Casais e Alviobeira, nos termos e fundamentos das informações n.º 15924/DGT/2025 e n.º 16629/DGT/2025.

Proposta de Deliberação: declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.

N.º 29 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES - Declaração de Caducidade
(389/PEDI/DGT/2025 - 431/EDIF/DGT/2025)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 431/EDIF/DGT/2025, onde prossegue o Processo n.º 1730/2013, em que é requerente Circuitprofit - Sucatas Unipessoal, Limitada, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para construção de um muro de vedação no lote 10 da Zona Industrial, União das Freguesias de Madalena e Beselga, nos termos e fundamentos das informações n.º 13100/DGT/2025 e n.º 13698/DGT/2025.

Proposta de Deliberação: declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.



Câmara Municipal

✍

N.º 30 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade
(245/EALV/DGT/2022 - 46/EDIF/DGT/2018)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 46/EDIF/DGT/2018, em que é requerente Mariana Valente Sarmento, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento de obras de construção de habitação sita em Murteira, Vila Nova, Freguesia de Paialvo, nos termos e fundamentos das informações n.º 1280/DGT/2026 e n.º 1368/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia da requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.

N.º 31 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade
(353/JUEL/DGT/2021 - 389/EDIF/DGT/2018)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 389/EDIF/DGT/2018, em que é requerente Bruno Miguel Pereira Jesus Nunes, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para ampliação e alteração de habitação, sita no lugar de Courela, Carril, União das Freguesias de Serra e Junceira, nos termos e fundamentos das informações n.º 14883/DGT/2025 e n.º 15662/DGT/2025.

Proposta de Deliberação: declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.

N.º 32 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade
(18/EALV/DGT/2024 - 62/EDIF/DGT/2022)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 62/EDIF/DGT/2022, em que é requerente Luis António Peixoto Rufino, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para reconstrução e alteração de uma habitação sita em Casal Valongo, Valongo, União das Freguesias de Madalena e Beselga, nos termos e fundamentos da informação n.º 6291/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.



Câmara Municipal



N.º 33 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade (188/RJUE/DGT/2023 - 362/EDIF/DGT/2023)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 362/EDIF/DGT/2023, em que é requerente José Lopes Lourenço, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para legalização da alteração e ampliação de habitação sita na Rua Principal, em Casal de Deus, Freguesia de São Pedro de Tomar, nos termos e fundamentos da informação n.º 2430/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 6 do artigo 20.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO:

N.º 34 – ALTERAÇÃO SIMPLIFICADA DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – revogação do procedimento iniciado por deliberação de 12 de maio de 2025 e início de novo procedimento (5/ESPP/DGT/2026 - 2/INSTGT/DGT/2025)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso submetendo a aprovação do Executivo Municipal o início de novo procedimento de alteração simplificada do Plano Diretor Municipal, exclusivamente para a área da UOPG B, revogando o procedimento iniciado por deliberação de 12 de maio de 2025, nos termos e fundamentos das informações n.º 4232/DGT/2026 e n.º 6303/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: iniciar um novo procedimento de alteração simplificada do Plano Diretor Municipal, ao abrigo do estabelecido na alínea b) do n.º 1 do artigo 123.º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação, exclusivamente para a área da UOPG B, revogando o procedimento iniciado por deliberação de 12 de maio de 2025;

Mandar publicar em Diário da República o conteúdo da presente deliberação e publicitar a mesma no seu sítio da internet, na plataforma colaborativa de gestão territorial e na comunicação social.



Câmara Municipal

N.º 35 – ELABORAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DE VALE DOS OVOS - revogação do procedimento iniciado por deliberação de 12 de dezembro de 2022 e oportunidade de elaboração de alteração regulamentar do Plano Diretor Municipal respeitante aos espaços de atividades económicas (7/ESPP/DGT/2026 - 4/INSTGT/DGT/2018)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso submetendo a aprovação do Executivo Municipal a revogação do procedimento de elaboração do Plano de Pormenor de Vale dos Ovos, iniciado por deliberação de 12 de dezembro de 2022, nos termos e fundamentos das informações n.º 5654/DGT/2026 e n.º 6306/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: revogar o procedimento de elaboração do Plano de Pormenor de Vale dos Ovos cuja decisão de elaboração foi anteriormente publicada na 2.ª Série do Diário da República n.º 18, de 25 de janeiro de 2023, através do Aviso n.º 1737/2023;

Publicitar a deliberação nos mesmos termos em que foi publicitada a decisão de início do procedimento;

Mandar elaborar os elementos instrutórios para promover o início de um procedimento de alteração regulamentar do Plano Diretor Municipal no que diz respeito aos espaços de atividades económicas.